

# FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL



## ATA DA 4ª REUNIÃO DE 2021 DO FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021, VIA APLICATIVO ZOOM

**PARTICIPANTES:** O coordenador do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, Econ. Wellington Leonardo da Silva; a representante do Cofecon, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa; o representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), padre Thierry; a representante da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, Maria Lúcia Fatorelli; a representante da Cáritas Brasileira, Marcela Vieira; a representante do Conselho Regional de Economia da 11ª Região - DF, Maria Cristina Araújo; a diretora da ANPAE-DF, Natália Duarte; a representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores (Contag), Edjane Rodrigues; o representante do Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea (Afipea), Sandro Silva; a representante do Conselho Federal de Psicologia, Losiley Alves; os representantes da Anfip, Márcio Gheller e Wilson Romero e a representante do Dieese, Mariel Lopes. Participaram, ainda, pelo Cofecon, a superintendente Aline Tales Ferreira; a coordenadora Ana Claudia Ramos Pinto e os Assessores Jane Lopes da Silva, Renata Reis Almeida e Raphael Pacheco Filho. **ABERTURA DA REUNIÃO:** Às 14h45 (quatorze horas e quarenta e cinco minutos) do dia 14 (quatorze) de setembro de 2021 (dois mil e vinte e um), pelo aplicativo *zoom*, o Coordenador do Fórum, Economista Wellington Leonardo da Silva, abriu os trabalhos da reunião, iniciada com o item **1. Ata da reunião anterior.** Leitura e aprovação da ata da 3ª Reunião de 2021, realizada no dia 13 de julho de 2021, bem como ata da 1ª Reunião Extraordinária de 2021, via aplicativo *zoom*. As atas foram aprovadas por unanimidade. **2. Informes do Coordenador.** 2.1 Justificativas de ausências. O coordenador do Fórum, Economista Wellington Leonardo da Silva, apresentou as seguintes justificativas, sendo elas: - Cofecon: Denise Kassama Franco do Amaral, impossibilidade em razão de compromissos pré-agendados; - Condsef: Jussara Griffó está impossibilitada de participar em razão de ato contra a PEC32; - CSP Conlutas: Eduardo Zanata está impossibilitado de participar em razão de ato contra a PEC32; - Movimento Acorda Sociedade (MAS): Lucas Benevides, impossibilidade em razão de compromissos pré-agendados; e – Auditoria Cidadã da Dívida: Rodrigo Ávila, impossibilidade em razão de férias. 2.2 *Informes dos participantes.* A representante da Cáritas Brasileira, Marcela Vieira, fez um convite para participação da 27ª edição da Feira Internacional de Economia Solidária e Cooperativismo (Feicoop), que ocorrerá entre os dias 3 e 10 de outubro, na cidade de Santa Maria – RS. O representante da Anfip, Wilson Romero, informou sobre a realização da *live* da série grandes debates com o tema Tributação e Previdência, que acontecerá no dia 15 de setembro de 2021, transmitida pelo canal do *YouTube* e do *Facebook* da Anfip. O representante da CNBB, Padre Thierry, informou sobre a realização da *live* Diálogos em Construção, no dia 30 de setembro de 2021, às 17h, com a presença do professor Guilherme Delgado, que abordará as questões culturais da economia de Francisco na conjuntura. A representante da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fatorelli, fez um convite para participar do *live* sobre o tema: “Quem financia o Estado e quem se beneficia com o gasto público”, que será transmitida pelo canal *YouTube* da Auditoria Cidadã da Dívida, no dia 18 de setembro de 2021, das 14h às 17h. **3. Nota – Auxílio Emergencial aprovação.** O coordenador do Fórum, Economista Wellington Leonardo da Silva, apresentou a minuta da nota que foi aprovada pelo grupo de trabalho e aprovada pelo fórum nos seguintes termos: “*Vacina no braço, comida no prato: auxílio emergencial digno é garantia de sobrevivência. Diante do aprofundamento do quadro da desigualdade econômica e social, a continuidade da pandemia e as novas variantes do vírus, que certamente acentuarão o caos socioeconômico no país, o Governo Federal disponibilizou valor irrisório para o Auxílio Emergencial, inferior ao do ano passado e indisponível para a maior parte dos brasileiros em situação de vulnerabilidade. Para justificar a redução do*

## FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

51 valor do auxílio, que não atende às condições mínimas da população, e ainda, o corte no número de  
52 beneficiários, que passou de 45 milhões de pessoas em 2020 para menos de 37 milhões em 2021, apesar do  
53 agravamento da pandemia, o Governo alega não ter recursos disponíveis. Por meio de dados, pode-se  
54 comprovar que a alegação é falsa. Nos últimos 12 meses, o valor da Cesta Básica teve aumento significativo  
55 em todas as capitais pesquisadas pelo DIEESE, variando entre 11,17% de aumento, em Recife, e 29,87%,  
56 em Brasília, enquanto a inflação oficial (IPCA/IBGE) ficou em 8,35%, e o principal índice de preços  
57 utilizado em negociações salariais, o INPC/IBGE, ficou em 9,22%. Com base na cesta mais cara que, em  
58 junho, foi a de Florianópolis, o DIEESE estima que o salário mínimo necessário deveria ser equivalente a  
59 R\$ 5.421,84, valor que corresponde a 4,93 vezes o piso nacional vigente, de R\$ 1.100,00. Os valores de  
60 remuneração estão reduzidos, muito distantes do necessário para que o brasileiro faça jus ao mínimo de  
61 dignidade conforme determinado pela Constituição Federal. Dados recentemente divulgados no Inquérito  
62 Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela  
63 Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, indicam que, em 2021,  
64 55,2% dos domicílios brasileiros se encontram em situação de insegurança alimentar: 116,8 milhões de  
65 brasileiros convivem com algum grau de insegurança alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham  
66 alimentos em quantidade suficiente em casa, além das 19 milhões de pessoas que enfrentam a fome. Ao  
67 longo de 2020, foram pagas até 9 parcelas do Auxílio Emergencial, no valor de R\$600,00, por 5 meses, e de  
68 R\$300,00, por 4 meses, para os 65 milhões de brasileiros que mais sofreram com os impactos da pandemia.  
69 Em 2021, após uma interrupção de 3 meses, o Auxílio Emergencial voltou a ser pago, e a previsão é que 33  
70 milhões de pessoas sejam atendidas, recebendo até 6 parcelas entre R\$150,00 e R\$375, valores insuficientes  
71 para lidar com o aumento do custo de vida ocorrido desde o início da pandemia. O Auxílio Emergencial foi  
72 fundamental para que a quantidade de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza não aumentasse  
73 significativamente ao longo de 2020 e sua interrupção, no início de 2021, aliado aos efeitos da pandemia,  
74 causou um aumento significativo da pobreza, que hoje acomete 12,8% dos brasileiros – 27 milhões de  
75 pessoas, de acordo com pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas. Outro problema significativo é o  
76 elevado desemprego e a informalidade nas relações de trabalho: no primeiro trimestre de 2021, mais de  
77 14,8 milhões de brasileiros encontravam-se desempregados, 14,7% da população em idade para trabalhar.  
78 Além disso, mais 6 milhões de brasileiros são classificados como desalentados – o que significa dizer que  
79 estão disponíveis para trabalhar, mas desistiram de procurar ativamente um emprego, seja por falta de  
80 vagas, idade ou qualificação. Ao fim do primeiro trimestre deste ano, de acordo com o Instituto Brasileiro  
81 de Geografia e Estatística, a taxa de subutilização da força de trabalho brasileira chegou a 29,7%. Um dos  
82 exemplos mais marcantes desse fenômeno é a “Uberização”, relação desprotegida de trabalho assemelhada  
83 à servidão, que leva às ruas o trabalhador que teria condições de desempenhar a sua profissão,  
84 contribuindo assim, com o desenvolvimento coletivo do País. Assim, torna-se imperativo nos posicionarmos  
85 em favor da ampliação do valor do benefício e de sua extensão temporal. Manifestamos nossa forte  
86 divergência em relação à política econômica implementada pelo atual governo que, em plena pandemia,  
87 vem aprofundando ainda mais os mecanismos financeiros que privilegiam o sistema da dívida. Enquanto  
88 alega dificuldades para ampliar o valor e o alcance do Auxílio Emergencial, o Congresso Nacional aprovou  
89 remuneração diária aos bancos, sem limite ou parâmetro algum (PL 3877/2020), uma verdadeira “bolsa  
90 banqueiro”. Esse ato vai contra os anseios da população. Ao invés disso, o governo deveria privilegiar os  
91 investimentos produtivos, que geram emprego e renda, além de proporcionar saúde, assistência social e  
92 demais investimentos sociais necessários para debelar a crise sanitária que devasta o país. Agravando a  
93 situação, o Banco Central elevou a taxa básica de juros Selic 4 vezes seguidas, impulsionando as demais  
94 taxas de mercado e prejudicando, assim, a população que se encontra endividada. A inflação é resultado  
95 dos aumentos de preços administrados pelo próprio governo (energia, combustíveis, inclusive o botijão de  
96 gás, dentre outros em decorrência principalmente da privatização de setores estratégicos da Petrobrás e sua  
97 equivocada política de preço equiparado ao preço de importação em dólar), e da alta nos preços da Cesta  
98 Básica, devido a fatores cambiais e do mercado internacional, em um contexto de erros na condução de  
99 políticas agrícolas e na falta de programa de reforma agrária. Um dos objetivos fundamentais da República,

## FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

100 constante na Constituição de 1988, em seu artigo 3º, é a redução das desigualdades sociais; sendo assim, é  
101 oportuno lembrar que, até o momento, não houve ações efetivas necessárias para atender às demandas da  
102 população carente. Portanto, os argumentos apresentados pelos técnicos do governo, de que não há  
103 recursos orçamentários, não se sustentam em face de uma isenta análise técnica e econômica, aqui  
104 apresentada. O Governo mantém mais de quatro trilhões de reais em caixa há vários anos. Em maio de  
105 2021, o saldo era de R\$ 1,56 trilhão na conta única do Tesouro Nacional; R\$ 1,85 trilhão em Reservas  
106 Internacionais, e R\$ 1,15 trilhão no caixa do Banco Central. No Orçamento da União para 2021, aprovado  
107 no Congresso Nacional, estão previstos mais de R\$ 2 trilhões para pagamento de juros e amortizações da  
108 dívida pública federal, o que beneficia principalmente grandes bancos e investidores. Diante deste quadro  
109 catastrófico, agravado pela maior crise sanitária de todos os tempos, que já ceifou quase 600 mil vidas e  
110 incapacitou outras centenas de milhares de cidadãos, o Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade  
111 Social vem a público denunciar a necessidade de políticas sociais mais efetivas, que garantam a dignidade a  
112 esta enorme parcela da população brasileira que sofre nas ruas e nos becos de todo este país continente. O  
113 Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social enfatiza a necessidade de reverter essa situação e  
114 aprofundar este debate em todas as esferas do Estado, com participação popular”. Após ajustes a nota foi  
115 aprovada e seguirá para divulgação nas redes sociais. **4. Grupo de Trabalho – Eixo 5 – Programação.** A  
116 assessora Renata Reis Almeida apresentou a programação final do Webinário: Eixo 5 – “Ampliar a  
117 democracia e a participação social”. O webinário ocorrerá em um formato de ciclo de 4 palestras, às 18h30,  
118 nos dias 24 de setembro, 01, 08 e 15 de outubro de 2021, com transmissão pelo canal YouTube do Cofecon.  
119 Será abordado um tema por semana, com duração de 1 hora e 35 minutos. Tema 1– Como os mecanismos da  
120 Dívida Pública inviabilizam o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Coordenação da Mesa:  
121 Economista Wellington Leonardo da Silva; Palestrantes: - Maria Lucia Fattorelli, que abordará a atuação da  
122 “Dívida Pública” em âmbito Federal; - José Menezes Gomes (UFAL), que tratará da atuação da “Dívida  
123 Pública” em âmbito dos Estados; - Luiz Fernando Reis (Unioeste-Cascavel), que falará sobre a atuação da  
124 “Dívida Pública” em âmbito dos Municípios. Tema 2 – Democracia econômica e participação social.  
125 Coordenação da mesa: Economista Denise Kassama Franco do Amaral. Palestrantes: - Romualdo Luiz  
126 Portela de Oliveira (Presidente da Anpae); - Dr. Valmor Schiochet (Instituto Paul Singer) e – Marcela Vieira  
127 (Cáritas Brasileira). Tema 3 - Democracia no Sistema de Justiça. Coordenação da mesa: Natália Duarte.  
128 Palestrantes: - Renata Gil (Presidente da AMB); - Suzani Andrade Ferraro (professora UFRRJ); - José  
129 Geraldo de Sousa Júnior (Professor da UNB). Tema 4 – Democratização do Sistema de Comunicação Social.  
130 Coordenação de Mesa: Renata Reis (Assessora do Cofecon). Palestrantes: - Vilson Romero (Anfip); - Paulo  
131 Jeronimo (presidente da ABI); - Samuel Lima (Professor UFSC). Após os ajustes, a programação será  
132 enviada nos grupos para divulgação. **5. Revista Justiça Social** - 3ª edição. A assessora Renata Reis Almeida  
133 apresentou a minuta da revista com os ajustes solicitados em reunião anterior. A revista foi aprovada por  
134 unanimidade, após contribuições dos participantes do Fórum. A representante da Anpae-DF, Natália Duarte,  
135 consultou os presentes sobre a possibilidade de divulgação na revista do Fórum sobre a Conferência  
136 Nacional Popular de Educação - CONAPE 2022 -, em uma página na revista, incluindo materiais que estão  
137 disponíveis sobre o tema. O coordenador do Fórum, Wellington Leonardo da Silva, sugeriu a divulgação  
138 também nas redes sociais, além da publicação na revista do Fórum. Após contribuições a revista foi aprovada  
139 e será publicada nas redes sociais. **6. Outros assuntos.** Não houve. **Encerramento.** O coordenador do  
140 Fórum, Wellington Leonardo da Silva, agradeceu a presença de todos e às 16h05, nada mais havendo a  
141 tratar, deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Jane Lopes da Silva, lavrei a presente ata que, lida e  
142 achada conforme, vai assinada por mim e pelo coordenador da reunião. Brasília, quatorze de setembro de  
143 dois mil e vinte e um.

144  
145 **Econ. Wellington Leonardo da Silva**  
146 Coordenador do Fórum Nacional

145 **Jane Lopes da Silva**  
146 Secretária *ad hoc*